

**ANCHIETA, LEITOR DE NEBRIJA:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Stephanie Cunha dos Santos Silva (FLUP)

up202101097@up.pt

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

No século XVI, o padre José de Anchieta elabora a primeira descrição que se tem registro da língua ameríndia falada pelos tupinambás, o tupi antigo. Sua gramática possui características que nos permite classificar seu pensamento como pertencente a escola humanística. O presente trabalho tem por objetivo identificar quais são os aspectos dos escritos do jesuíta que revelam sua retórica linguística e a tradição à qual faz parte. A metodologia aplicada será a proposta pela Historiografia Linguística de Pierre Swiggers (2012) e Konrad Koerner (2014) que apontam três princípios: o da contextualização, o da imanência e o da adequação. Considerando o significativo desenvolvimento de gramáticas desde o século XV, destacam-se as obras *Introducciones Latinae* (1481), *Gramática de la lengua castellana* (1492) e *Vocabulario español-latino* (1495), de autoria de Antonio de Nebrija. A investigação aponta que entre os autores que exerceram influência na formação de Anchieta, Nebrija emerge como uma figura de destaque.

Palavras-chave:

Anchieta. Nebrija. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

In the 16th century, Father José de Anchieta produced the first recorded description of the Amerindian language spoken by the Tupinambás, old Tupi. His grammar exhibits characteristics that allow us to classify his thinking as belonging to the humanistic school. The present study aims to identify the aspects of the Jesuit's writings that reveal his linguistic rhetoric and the tradition to which he belongs. The methodology applied will be proposed by the linguistic historiography of Pierre Swiggers (2012) and Konrad Koerner (2014), which point to three principles: contextualization, immanence, and adequacy. Considering the significant development of grammars since the 15th century, the works *Introducciones Latinae* (1481), *Gramática de la lengua castellana* (1492), and *Vocabulario español-latino* (1495) by Antonio de Nebrija stand out. The investigation suggests that among the authors who influenced Anchieta's formation, Nebrija emerges as a prominent figure.

Keywords:

Anchieta. Nebrija. Linguistics Historiography.

1. Introdução

Extensa é a bibliografia produzida por diversos pesquisadores a respeito da gramaticografia do século XVI. Isso se deve ao fato de ao longo desse período termos uma ampla produção de gramáticas vernaculares muito ainda aos moldes dos tratados latinos como é o caso das obras de autores com Nebrija, João de Barros e Fernão de Oliveira. O latim ainda ocupava um *status* de língua da erudição, o que se reflete na maneira como os gramáticos da época construíam suas obras e pensavam o próprio fenômeno da comunicação. Todavia, este olhar para a Antiguidade e para as línguas clássicas não era o mesmo que se tinha ao longo do período medieval. Já se observa no século XVI uma crescente produção elaborada aos moldes humanísticos. Dentre essas obras temos a produção do padre jesuíta José de Anchieta que em 1595 publica a gramática de uma das línguas que era falada na Costa do Brasil: o tupi antigo.

O tupi antigo é a língua que era usada pelos povos tupis e por grande parte dos colonizadores na Costa do Brasil durante os séculos XVI e XVII. O tupi antigo, também conhecida por “língua clássica do Brasil” já não é mais falado pelas comunidades indígenas do Brasil, de modo que o conhecemos apenas por meio dos registros textuais feitos pelos padres jesuítas e pelos viajantes. Por se tratar de uma língua desconhecida por parte dos europeus até então, e tendo em vista o projeto imperial português, a obra de Anchieta se torna a primeira a se dedicar a uma língua da América, mas não deixa de buscar nos tratados clássicos a estrutura e o método para construir sua descrição.

A gramática do tupi feita pelo padre revela traços humanísticos, o que é um elemento presente nas obras gramaticais de seu período e que demonstra como a leitura de outros gramáticos como Nebrija fazia parte da formação intelectual quinhentista. Esse grande trânsito de autores é uma das características da modernidade, que em contraste ao período medieval, era cercado por “fronteiras” e “pontes” culturais que são fundamentais para compreender não apenas as obras desse período, mas a própria História (Cf. SILVA; KALTNER, 2024). Assim, para analisar o que Anchieta escreveu é preciso mergulhar nos seus escritos, no contexto sociopolítico ao qual ele estava inserido e no pensamento linguístico do século XVI, por essa razão a metodologia que adotamos é a proposta pela Historiografia Linguística.

A Historiografia Linguística é um campo de estudos científicos desenvolvido por Konrad Koerner (1996) e Pierre Swiggers (2012). Eles propõem três princípios fundamentais para orientar a pesquisa nessa área:

a contextualização, a imanência e a adequação. O primeiro princípio envolve o estabelecimento de um “clima de opinião” dos períodos em que as teorias linguísticas foram desenvolvidas, permitindo ao historiador compreender o contexto político, social, econômico, filosófico e cultural em que o objeto de estudo está inserido (Cf. LIMA, 2016, p. 6). O princípio da imanência requer que o pesquisador adote uma perspectiva moldada pelas ideias e condições da época em que o objeto de estudo foi desenvolvido (Cf. LIMA, 2016, p. 6). Por fim, o princípio da adequação sugere que o historiógrafo pode se aventurar a fazer comparações entre o objeto pesquisado e as teorias linguísticas contemporâneas ao seu tempo (Cf. LIMA, 2016).

Para o presente trabalho focaremos na contextualização, e na imanência por entender que para além de fatores sociopolíticos que influíram na escrita de Anchieta, mergulhar nas obras que o cercavam também se mostra uma tarefa relevante para perceber qual era o pensamento linguístico, no qual se inseria, sem deixar com isso de lado uma leitura crítica da gramática no atual cenário linguístico.

2. *O século das gramáticas*

O século XVI é, em Portugal, marcado por grande mudança no aparelho burocrático português, forte expansão ultramarina e manutenção de privilégios dos senhores e eclesiásticos (Cf. MATTOSO, 1997, p. 450). Portugal contava não apenas com uma favorável posição geográfica, mas detinha o capital, o conhecimento e a tecnologia necessária para expandir seus domínios para o ultramar. Tais características portuguesas são justificadas por eventos que se iniciaram nos séculos anteriores. Belini (1997) afirma que:

Uma breve descrição da formação do reino de Portugal serve para introduzir alguns dos mais importantes temas relacionados à sociedade lusitana no século XVI. Destaca-se entre estes o problema da expansão associada à guerra contra o Islã. Portugal se formou no processo de reconquista do território ibérico aos mouros. O reino se estabeleceu inicialmente em torno da cidade do Porto, tornando-se independente de Castela em 1140. A expulsão dos árabes completou-se na segunda metade do século XIII. O rei João I (que reinou de 1385 a 1433), e seus filhos Duarte (1391-1438), Pedro (1392-1449) e Henrique (1394-1460) foram os primeiros de uma sucessão de governantes profundamente devotados à continuidade da expansão pela captura do norte da África e busca de um caminho marítimo até as fontes de suprimento das caravanas do Sahara que traziam ouro, especiarias e escravos para o litoral norte africano. Portugal conquistou Ceuta, no noroeste da África, em 1415 e, daí para diante, enviou expedi-

ções cada vez mais ao sul da costa oeste africana, estabelecendo feitorias comerciais em alguns locais. O ponto culminante desse processo foi atingido em 1498, quando uma expedição comandada por Vasco da Gama (?-1524) chegou até Calicute, na Índia, percorrendo uma rota através dos oceanos Atlântico e Índico. (BELLINI, 1997, p. 3)

O período de expansão marítima se mostra também como o período de grande desenvolvimento de gramáticas, que pode representar não apenas uma necessidade de normatizar a escrita, mas também de estabelecer aquilo que seriam as identidades. Como tradutor de um “humanismo à portuguesa”, D. João III se preocupou em estabelecer práticas de representação que possibilitassem aos seus súditos uma formação mental e a futura apropriação de uma visão de mundo (Cf. PAES, 2008, p. 113). Com o tempo, essa iniciativa de D. João, lançaria as bases para o que viria a ser, no século XVII, uma razão de Estado teológico-política. Paes (2008) afirma que os princípios mais importantes dessa visão já foram devidamente teorizados por intelectuais e pensadores e se resumem a prudência e a persuasão neorristotélica. Tais princípios orientaram as ações de governo adotadas pela Coroa portuguesa até a primeira metade do século XVIII, especialmente durante o reinado de D. João V (Cf. PAES, 2008, p. 113).

Muitos autores desenvolveram trabalhos a respeito da gramatografia do século XVI, autores como Ponce de Leon (2022) e Mattoso (1997). Isso se deve ao fato de ao longo deste período termos uma ampla produção de gramáticas vernaculares muito ainda aos moldes dos tratados latinos. O latim ainda ocupava um *status* de língua da erudição, o que se reflete na maneira como os gramáticos da época construíam suas obras e pensavam o próprio fenômeno da comunicação. Todavia, este olhar para a Antiguidade e para as línguas clássicas não era o mesmo que se tinha ao longo do período medieval. Já se observa no século XVI uma crescente produção elaborada aos moldes humanísticos. Lídia Bellini (1997) afirma que:

A cultura portuguesa do século XVI é aqui tratada como um caso particular do Renascimento europeu. Nela estão presentes a efervescência e a mistura de influências modernas, medievais e clássicas, características do período. Como ocorreu em outros países, em Portugal uma parcela importante das novas idéias [sic] sobre arte e diversos ramos do saber filosófico e literário era originária da Itália. Essas características gerais adquiriram formas específicas no contexto português. Isto também está de acordo com o modo como o Renascimento se difundiu pela Europa. (BELLINI, 1997, p. 2)

Coelho afirma que o experiencialismo português se difere do empirismo britânico, à medida que manteve uma forte relação com o aristo-

telismo escolástico e com o humanismo católico. Humberto Coelho (2022) aponta que “ao contrário de outras tradições filosóficas continentais, não evoluiu da Escolástica para o Neoplatonismo como em Nicolau de Cusa [1401–1464] e Giordano Bruno [1548–1600]) ou para o Racionalismo (como em Descartes [1596–1650])” (COELHO, p. 327). O autor ainda afirma que a segunda escolástica, diferentemente da primeira que encontra relativa resistência em várias universidades, consegue trazer características do humanismo, sem perder com isso alguns fortes elementos da filosofia portuguesa que era notoriamente associada a literatura e poesia (Cf. COELHO, 2022, p. 329).

De acordo com Coelho (2022), mesmo que as obras de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino fossem os principais elementos do currículo, tendo algumas vezes referências ocasionais a João Duns Escoto (c. 1265–1308), a influência do humanismo renascentista ainda se fazia presente. Essa influência se refletia tanto no estilo do discurso quanto na forma de apresentação, destacando a importância de Platão, Cícero e Agostinho de maneira mais sutil. As bases dessa segunda escolástica podem ser apontadas como a rejeição às correntes tomistas, como o nominalismo e escotismo, e seu tom sincretista (Cf. COELHO, 2022, p. 330-1). Essa segunda escolástica era em grande medida relacionada a Contrarreforma, mas com certas nuances do humanismo português (Cf. COELHO, 2022, p. 330-1).

Para além do florescer filosófico, a necessidade de desenvolver obras em língua portuguesa se acentuava desde o início do século XV, já que na península Ibérica o destaque maior era do castelhano, que se apresentava como a língua mais relevante da cristandade até o momento. Esse grande destaque do castelhano em detrimento de outras línguas pode ser justificado pela ausência de uma linguagem escrita, que fosse suficientemente estruturada (Cf. MATTOSO, 1997). Era necessário promover a língua portuguesa como a língua da cultura, da tradição e do império.

3. O século das gramáticas

Durante o surgimento dos nacionalismos, Portugal e Espanha estavam significativamente à frente das outras nações europeias em termos de identidade política, mas eram divididos por longas rivalidades acirradas pela competição de seus projetos coloniais. No entanto, essa rivalidade não impactou a vida da Igreja. Pelo contrário, o intercâmbio de estudantes e professores, que sempre foi promovido pela integração entre

as universidades, intensificou-se ainda mais com a abordagem globalista da Companhia de Jesus (Cf. COELHO, 2022). Esse grande fluxo intelectual é perceptível nas obras que foram elaboradas nesse período, que pertenciam, em certa medida, a um mesmo pensamento linguístico, que é inaugurado por António de Nebrija, em 1492, o ano de publicação da primeira *Gramática sobre la Lengua Castellana*, elaborada por Antônio de Nebrija (Cf. MATTOSO, 1997). Mattoso (1997) aponta que:

Sem sair dos mesmos círculos cortesãos, note-se que Nebrija, ao fixar as regras de um idioma vernáculo, pretendia elevar o castelhano à categoria reservada ao latim e ao grego. O programa era ambicioso. Antes de mais, tratava-se de conferir o máximo de prestígio à única língua que, r momento da união das coroas de Castela e de Aragão, podia resolver os problemas da diversidade linguística peninsular. Ora, o prestígio de uma língua, considerada «suelta y fuera de regla», não consistia na aprovação dos seus usos, nem das suas formas mais elaboradas literariamente, m em investi-la dos modelos da Antiguidade. Por isso, a Gramática sobre la Lengua tem de se devolvida ao seu contexto mais pertinente: o trabalho filológico sobre o latim. O latim e aeoloquen dos clássicos deviam ser a base de uma nova cultura humanista (Rico, 1991, pp. 36-43). (MATTOSO, 1997, p. 320)

Sobre Nebrija, Gonçalo Fernandes afirma que seu nascimento ocorreu por volta de 1441 e 1444 em Nebrissa (Nebrissa) a cerca de 70 km de Sevilha (Cf. FERNANDES, 2006, p. 253). Élio António de Nebrija, pseudónimo de António Martínez de Cala e Xarana, estudou em Salamanca entre os 15 e 20 anos e aperfeiçoou-se no colégio espanhol de S. Clemente da Universidade de Bolonha (Cf. FERNANDES, 2006, p. 253). As *Introductiones Latinae*, de Élio António de Nebrija, foram uma obra marcante na história do humanismo espanhol e da cultura do país, tendo sua primeira edição em 1481 com 1.000 exemplares que se esgotaram rapidamente (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255).

Nebrija tinha o objetivo de combater a ignorância nas ciências usando a gramática como arma, acreditando que a renovação do ensino do latim e a dignificação da língua contribuiriam significativamente para a cultura espanhola e europeia (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255). Ele revisou e melhorou sua gramática ao longo do tempo, com várias edições. A primeira versão teve três edições (1481–1483) e a segunda, cinco edições, incluindo uma edição bilíngue em latim e castelhano por sugestão da rainha Isabel de Castela (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255). No entanto, Nebrija considerou essa edição bilíngue mais um trabalho de intérprete do que algo autoral. A respeito da estrutura das *Introductiones*, de Nebrija, Gonçalo Fernandes (2006) aponta que:

As Introduções começam por estudar a morfologia do nome apresentando os paradigmas completos das declinações (nomes, adjetivos e pronomes) e conjugações; listas de advérbios, preposições, interjeições, conjunções e algumas normas sobre a concordância, quer nominal quer verbal “Si Nebrija commence par étudier le nom (...) ‘est pour se conformer à des habitudes séculaires issues des grammaires latines du 4e siècle. C’est peut-être aussi parce qu’il continue (...) à voir dans le substantif des traces de la substance aristotélicienne, le nom étant considéré comme une substance permanente (...) susceptible de « recevoir » des accidents” (Margolin 1992: 273) (FERNANDES, 2006, p. 258)

Nas obras de Nebrija, a presença da formação clássica, bem como uma busca de aproximar a língua a qual descrevia o latim, são bem marcadas. Um dos principais autores que influenciou sua escrita foi Élio Donato, e essa influência é percebida na maneira com ele divide as partes das orações. Nebrija estabelece oito partes para a oração: nome, pronome, verbo, partícipto, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Donato ao elaborar sua *Ars Minor* no que se refere as partes da oração aponta: “partes orationis quot sunt? Octo. quae? nomen pronomen uerbum aduerbium participium coniunctio praepositio interiectio” (DEZOTTI, 2011). Deste modo vemos que o gramático espanhol segue a mesma divisão feita pelo gramático latino. Todavia, da mesma forma que Donato se baseou em Dionísio, O Trácio e adaptou a estrutura proposta pelo grego na descrição do latim, assim também o faz Nebrija. Se por um lado no latim não existia artigo e Donato adiciona a interjeição como uma das oito partes das orações (Cf. SILVA; KALTNER, 2024), por outro lado Nebrija não deixa de descrever o artigo que era um elemento presente na língua castelã. Para seguir a tradição latina, o gramático espanhol divide as partes da oração tal como o gramático latino, mas faz uma adaptação, quando não coloca os artigos como uma categoria separada, mas sim uma parte acessória:

El artículo es una parte de la oración que sirve principalmente para circunscribir la extensión en que ha de tomarse el nombre al cual se antepone, haciendo que éste, en vez de abarcar toda la clase de objetos a que es aplicable, exprese tan sólo aquel objeto determinado ya y conocido del que habla y del que escucha. Al decir dame libros, no se determina cuáles; pero cuando se dice dame los libros, el artículo los expresa que se piden ciertos libros consabidos, de que se ha tratado antes. Éste se llama artículo definido o determinado, el cual tiene en singular las formas el, la, lo, que sirven, respectivamente, para los géneros masculino, femenino y neutro; y en plural, los para el género masculino y las para el femenino; v. gr.: EL cielo, La tierra, LO bueno, LO útil, LOS peces, LAS aves. (Nebrija, 1492)

Apesar de muitos trabalhos se debruçarem sobre a construção das gramáticas vernaculares quinhentistas a correlação entre Anchieta e Nebrija é pouco abordada. Dentre os autores que investigam as obras de ne-

brisenses e sua recepção no pensamento linguístico, é possível citar Rogélio Ponce de Leon Romeo (2022) que aponta que a Gramática do espanhol influenciou significativamente os tratados portugueses do século XVI. Ponce de Leon afirma que

[...] nas palavras do pesquisador Navarro, a forma como esse argumento se articula com o sentimento de 'superioridade' dos hispânicos, ainda que pareça não apenas fazer alusão à língua castelhana, mas também – através da disjunção... – à portuguesa. Não há dúvida, a esse respeito, como o próprio Asensio evidencia (1960: 408-413), de que esse argumento nebricense para a dignificação da língua (vulgar) e para a codificação do vernáculo foi retomado e adaptado pelos gramáticos portugueses do século XVI em suas obras. Este fato constitui apenas uma manifestação da influência, bastante mais ampla, das ideias – culturais, pedagógicas, linguísticas – contidas na Gramática sobre a língua castelhana sobre a gramatocografia da língua portuguesa publicada durante o século XVI, apesar de que, nela, não se alude de forma explícita nem a esta obra nem ao seu autor – com exceção de um trecho na Grammatica da lingoagem portuguesa (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira (1507-c. 1581) –, como mostrou Sônia Duarte (2017: 53). (PONCE DE LEON, 2022)

A península Ibérica passava por um período de construção de um projeto de império e de uma disputa de poder, de modo que a construção de uma identidade não se constituía apenas como uma questão cultural, mas sim uma questão política e a língua ocupava um papel fundamental nesse processo. Como salienta Nebrija, “siempre la lengua fue compañera del império” (NEBRIJA, 1992 [1492], p. 98-9). Assim, pensar na formação de um Império ultramarino perpassa por desenvolver um projeto de expansão da língua (Cf. PONCE DE LEON, 2022). O projeto de Império colonial português contou em grande parte com o auxílio da Companhia de Jesus. Neto e Maciel (2008) defendem que os jesuítas foram uma poderosa e eficiente congregação religiosa que em seu exercício objetivavam não apenas a busca da perfeição humana mediada pela palavra de Deus e a vontade dos homens, “(...) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros” (NETO; MACIEL, 2008, p. 171).

Outra autora que também fala sobre a relevância desse grupo religioso para a formação do Império ultramar de Portugal é Maria Eduarda Paes (2008) que diz:

De fato, o papel de protagonista na construção do Imperium não cabe a D. Manuel, que governou ainda muito envolvido com as questões internas do Reino. Foram D. João III e sua corte os principais “arquitetos” da representação política e social de um império em grande expansão cuja justifi-

cação moral e religiosa encontrava respaldo na missão de dilatar a Fé pelo mundo. (PAES, 2008, p. 108)

Quando a Companhia de Jesus começou suas atividades nos territórios de Portugal, não havia um plano previamente estabelecido para a evangelização, nem por parte da própria Companhia, nem por parte da Igreja Católica ou da Coroa portuguesa. Ao chegarem ao Oriente e ao Novo Mundo, não existiam ainda a sua disposição documentos oficiais ou institucionais que servissem de delimitação para suas atividades, por esta razão a catequização foi desenvolvida, baseando-se em decisões que eram tomadas pelos próprios missionários frente a cada um dos contextos políticos, sociais e culturais aos quais se deparavam (Cf. SABEH, 2018, p. 47). Para os jesuítas o conhecimento das línguas dos povos indígenas do Brasil se mostrava como a melhor opção para desenvolvimento de suas pregações, seguindo estratégias que eram formuladas de acordo com as especificidades de cada uma das regiões e povos aos quais tiveram contacto (Cf. SABEH, 2018). Assim, ao chegar as aldeias, os padres dedicavam-se ao estudo dos idiomas locais (Cf. SABEH, 2018). Um desses padres que adotaram esse *modus operandis* foi José de Anchieta.

Anchieta teve formação iniciada nas Ilhas Canárias, tendo continuidade no Real Colégio das Artes de Coimbra (Cf. KALTNER; SANTOS, 2021). Pode-se afirmar que o clima de opinião da época ainda era em muito pautado pela Igreja, mas o homem moderno já havia vivenciado o renascimento o que traz as obras do período notas muito características do ensino humanístico. Tal característica é perceptível em alguns elementos da obra de Anchieta como o fato de haver uma separação entre teologia e gramática, ser mais suscita do que os tradados medievais e não trazer tantos termos técnicos em sua análise, citando autores clássicos como exemplo (Cf. KALTNER e SANTOS, 2022).

É de se notar como a gramática passa a ser estudada e ensinada como uma disciplina por si só, sendo assim desvinculada da teologia, até então os gramáticos eram também membros ativos de alguma ordem religiosa de modo que a língua e a teologia não se separavam. Exemplos dessa paulatina mudança se personifica na obra de Nebrija, que era um gramático e não um religioso, na gramática de João de Barros que também não fazia parte de nenhuma ordem. O próprio Anchieta, quando escreveu sua gramática ainda não tinha sido consagrado à ordem jesuítica. Esse dado evidencia que a Igreja nesse período histórico detinha ainda forte influência na sociedade, mas ela não era mais a que possuía o monopólio do conhecimento. Tal paulatina secularização dos estudos linguísticos se justifica em grande parte pelo humanismo e pelas ideias da

segunda escolástica que se estabelecia e ganhava cada vez mais proeminência.

4. Considerações finais

Dizer que Anchieta era um leitor de Nebrija não refere apenas ao acesso a sua obra, o que o jesuíta o tinha, mas sim a ser um dos gramáticos que fazia parte de seu pensamento gramatical. Anchieta adota métodos semelhantes ao do gramático espanhol para codificar a língua vernácula indígena. O Superior de Anchieta teve sua formação em Salamanca, universidade que adotava os escritos de Nebrija.

Essa visão de Império não é um nacionalismo embrionário, como no século 19. Identidade: latim como modelo. Dentro de um ambiente plurilíngue. Multiculturalismo do humanismo que permitia a construção dessas gramáticas, em um ambiente de plurilinguismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Neusa. Elos Portugal e Brasil: João De Barros e Anchieta. *Revista de Letras*, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/71938737/Elos_Portugal_e_Brasil_Jo%C3%A3o_De_Barros_e_Anchieta.

BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 4, n. 7, p. 143-67, Niterói, 1997.

COELHO, Humberto Schubert. O Papel Da Filosofia e Do Imaginário Jesuítico Nas Missoes Portuguesas (1500–1597). *Mirabilia Journal* 35, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/91637152/O_papel_da_Filosofia_e_do_imaginario_jesuítico_nas_missoes_portuguesas_1500_1597.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e Arte maior de Donato*. Tradução, anotação e estudo introdutório. São Paulo, 2011.

GÓMEZ ASENCIO, José. Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros. *Confluência* [1415-7403], 2015. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/80>

KALTNER, Leonardo Ferreira. Considerações sobre as fontes do pensamento linguístico de Anchieta: intertextualidade gramatical. *Confluência*

cia [1415-7403], 2021. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/466>.

_____; SANTOS, Melyssa Cardozo Silva. Fenômenos fonéticos e composição de verbos e nomes: uma análise externa e interna da Gramática de Anchieta (1595, 1, 6-8). *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 1, e634, 2022.

MATOSO, José. *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

NETO, Alexandre. MACIEL, Lizete. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, n. 31, p. 169-89, Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcvmq5qC7T6HR/?format=pdf&lang=pt>.

PAES, MARIA EDUARDA. Entre a Conversão e a Conquista: Reflexões Sobre o Modus Operandi dos Jesuítas e sua adequação ao processo colonizador na América Portuguesa do século XVI. *Cadernos de História*, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/88867882/Entre_a_Convers%C3%A3o_e_a_Conquista_Reflex%C3%B5es_sobre_o_modus_operandi_dos_jesu%C3%ADtas_e_sua_adequa%C3%A7%C3%A3o_ao_processo_colonizador_na_Am%C3%A9rica_Portuguesa_do_s%C3%93culo_XVI.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. *Nebrija en Portugal: la recepción de la Gramática sobre la lengua castellana en la gramaticografía del portugués durante los siglos XVI (y XVII)*. 2022.

SILVA, Stephanie Cunha dos Santos da; KATNER, Leonardo Ferreira. Anchieta e a Gramática do tupi: a descrição humanística da língua mais usada na costa do Brasil. *Caderno Especial: Anais do XVI SINEFIL*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2024.